



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO

ATA Nº3/2018

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2018

PRESENCAS

MESA:

Presidente: Romana Maria Martins Parreira Romão (PS)

Primeira Secretária: Virgínia do Nascimento Duro Pereira Daniel Godinho (PS)

Segundo Secretário: José Jacinto Descalço Bilau (PS)

PS:

Ana Maria do Sacramento Torres Olho Azul, Ana Isabel Lino Fialho, Palmira de Jesus Dias Brissos Pereira, e, Rui Edgar Ferreira da Costa.

CDU:

Maria Rosa Maurício Carvoeiras, João Luís Ferro do Rosário Fragoso, e, Maria de Lourdes Dias Fernandes Hespanhol, José João Lança Guerreiro.

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA OU SEUS SUBSTITUTOS LEGAIS

União das Freguesias de Alfundão e Peroguarda: Carlos Manuel Bonito Raposo.

União das Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros: José João Cavaco.

Junta de Freguesia de Odivelas: Rodrigo José Rego Raposo.

Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros: Juvenália Isabel Guerreiro Salgado.

FALTAS

PS: Rui Filipe Fezes Páscoa, Ricardo Manuel Gomes Mira Silva, e, António Francisco Galvão Gomes.

PSD: Sérgio Paulo Rodrigues Fernandes.

CÂMARA MUNICIPAL

PRESENCAS:

Presidente: Luís António Pita Ameixa

Vice-Presidente: Maria José do Ó Efigénio

Vereador: José Valente Rocha Guerra

Vereador: Paulo Fernando Marrafas Conde

Vereadora: Ana Rute Beringel de Sousa

FALTAS:

Não houve.

LOCAL:

Sala das sessões da Assembleia Municipal.

HORA DE ABERTURA:

Vinte horas e quarenta minutos.

-----**A Presidente da Mesa** quando eram vinte horas e quarenta minutos, após ter verificado quórum para o funcionamento, deu início à reunião de acordo com a ordem de trabalhos.-----

-----**A Mesa da Assembleia**, de acordo com a alínea j), do artigo 5º, e nº4, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia Municipal, justificou as faltas dos Deputados Sérgio Fernandes, Ricardo Silva, e, Rui Páscoa, à presente reunião (pedidos efetuados antecipadamente).-----

-----Na falta do primeiro secretário, Rui Páscoa, a segunda secretária, Virgínia Daniel Godinho tomou o seu lugar, e, o Deputado José Bilau assumiu o lugar de segundo secretário.-----

A. – PERÍODO DA “ANTES DA ORDEM DO DIA”

A.1 – INFORMAÇÕES GENÉRICAS

-----**A Presidente da Mesa** cumprimentou os Deputados da Assembleia Municipal e agradeceu a presença dos membros do Conselho Municipal de Segurança.-----

-----Continuou com uma breve introdução sobre a Liberdade e o “25 de Abril”.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

A.2 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

-----**A Presidente da Mesa** solicitou a concordância da Assembleia Municipal para que fosse dispensada a leitura do projeto de ata da reunião anterior, ordinária nº2/2018, realizada no dia 16 de fevereiro de 2018, uma vez que o mesmo foi enviado a todos os membros com antecedência.-----

-----Havendo acordo unânime, foi posto em discussão o projeto da ata da reunião anterior.-----

-----Não havendo nenhuma intervenção, a Presidente da Mesa colocou o documento à votação.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária número dois, de dezasseis de fevereiro de dois mil e dezoito, por unanimidade, com quinze votos a favor.**-----

A.3 – CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida pelo facto de ter sido anteriormente enviada uma síntese a todos os membros.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa informou que foi remetido pela empresa Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda (Sociedade de Revisores Oficiais de Contas), o parecer de revisão legal das contas efetuadas ao Município de Ferreira do Alentejo, relativo ao exercício de 2017.-----

-----O mesmo encontra-se disponível para consulta nos serviços de apoio à Assembleia Municipal.--

-----Não houve mais intervenções.-----

A.4 – OUTROS ASSUNTOS

-----**A Deputada Rosa Carvoeiras**, usou da palavra para (em nome do grupo do CDU) apresentar a seguinte moção referente a “8 de Março, 25 de Abril, e, 1 de Maio”:

-----“Comemorámos há pouco o dia da REVOLUÇÃO DE ABRIL que constitui, inequivocamente, uma realização histórica do Povo Português. Algo que levou à sua emancipação social e nacional e que fez de nós, enquanto Povo, e de cada um, enquanto cidadão, responsáveis pela direção que queremos dar ao nosso caminhar coletivo, em todos os campos da existência Humana.

-----Porque aconteceu “ABRIL”, comemoramos outras datas, de grande significado, fundamentais até na consagração de valores essenciais à nossa sociedade.

-----Assinalamos aqui o “08 DE MARÇO” , DIA INTERNACIONAL DA MULHER que, pretendendo homenagear as operárias têxteis (EUA) mortas em 1857, durante uma greve por:

-----melhores salários;

-----redução da jornada de trabalho;

-----direito à licença de maternidade;

nos lembra que a luta contra a discriminação com base no género tem toda a razão para estar presente, ainda, nos dias de hoje, já que o caminho para a igualdade plena e efetiva ainda é longo.

-----As Mulheres continuam, ainda, a ser vítimas:

-----de salários mais baixos (mesmo para trabalho igual);

-----de menos oportunidades de progressão na carreira;

-----de maior dificuldade no acesso à educação;

-----de assédio, abuso e violência!

-----Promover a liderança e a emancipação social, económica e política da Mulheres deve constituir, ainda, uma prioridade absoluta.

-----Promover a igualdade do género não é só uma questão de equidade e de justiça é, também, promover o motor que levará à paz duradoura, à segurança, ao desenvolvimento, à prosperidade económica e ao crescimento do País e do Mundo.

-----E porque “ABRIL” assim o permitiu, que lutemos pelo que está certo para TODOS OS CIDADÃOS, queremos lembrar, na sua comemoração, os DIREITOS já consagrados, as transformações económicas e sociais alcançadas, tendo sempre presente que é nosso dever continuar na senda da sua manutenção e no desenvolvimento do trabalho que leve o PODER LOCAL DEMOCRÁTICO a uma maior aproximação das populações, estreitando laços e permitindo que continue vivo o espírito da Revolução.

-----O PODER LOCAL, conquista de “ABRIL”, parte integrante do Regime Democrático e do Sistema de Poder, consagrado na Constituição da República Portuguesa deve, assim, estabelecer com o Povo uma relação que garanta que não existam retrocessos nas suas conquistas.

-----A Revolução de Abril de 1974 “devolveu” também, ao Povo Português, o “1º DE MAIO” que livremente voltou a celebrar o DIREITO AO TRABALHO COM DIREITOS.

-----As comemorações dos 44 anos de “ABRIL” e do “1º DE MAIO” são o tempo e o momento para a convergência e a unidade dos eleitos, dos trabalhadores, das autarquias, do movimento associativo e do Povo em geral, na defesa dos valores de “ABRIL” e da Constituição Portuguesa.

-----Neste 44º aniversário da REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL, a Assembleia Municipal, reunida a 27 de Abril de 2018-----

-----saúda os militares e o Povo que, saindo à rua, foi determinante para a concretização da Revolução;-----

-----saúda todos os autarcas, trabalhadores, movimento associativo e toda a população do Concelho que continua na prossecução da defesa dos interesses e Direitos do Povo;-----

-----apelando, para finalizar, à participação de TODOS nas comemorações do “1º DE MAIO”, pelo simbolismo de que esta data se reveste na luta dos Trabalhadores Portugueses e de todo o Mundo, contra a exploração capitalista e por uma sociedade mais justa, mais igualitária e fraterna.-

-----Os eleitos da CDU-----

-----Esta Moção deverá ser publicitada junto do Exmo. Sr. Presidente da República, todos os grupos parlamentares e comunicação social.”-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou aprovar a moção referente a “8 de Março, 25 de Abril, e, 1 de Maio” (apresentada pela CDU), por unanimidade, com 15 votos a favor.**-----

-----**A Deputada Lourdes Hespanhol**, usou da palavra para (em nome do grupo do CDU) apresentar o seguinte declaração política referente à Aldeia de Canhestros:-----

-----“O Estado Democrático Português, rege-se desde 1976 por uma Constituição da República que salvaguarda os mais elementares direitos e deveres dos Cidadãos na a diferentes esferas da vida.-----

-----Assim, no seu art.º66 (ambiente e qualidade de vida), a Constituição preconiza no ponto 1.º: “para todos o direito a um ambiente de vida humana, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”;-----

-----No ponto 2.º defende que “incumbe ao estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares:-----

-----Prevenir e controlar a poluição e o seu efeito...”-----

-----Face ao exposto, no concelho de Ferreira do Alentejo, no lugar das Fortes, esta a ser sonogado esse direito à população, desde que se iniciou a laboração em 2009, de uma fabrica de queima de bagaço de azeitona.-----

-----Desde esta data, que em Fortes e nos lugares limítrofes se começou a sentir maus cheiros e fumos impregnados de substâncias gordurosas e de várias outras partículas. Pese embora, os responsáveis da fábrica continuem a afirmar que é maioritariamente vapor de água.-----

-----Sabemos que em muitas situações, há a efetiva necessidade de aumentar a produção, de crescer, mas não é qualquer crescimento, nem crescimento em qualquer parte, ou a qualquer preço, que gera desenvolvimento.-----

-----Existem pessoas que relatam problemas respiratórios, inflamações nos olhos, e ardor na garganta. Queixas que não se sentiam antes da laboração da citada fábrica, que agora dá pelo nome de “Azeites de Portugal”.-----

-----A população das Fortes, maioritariamente reformada, sempre completou o seu sustento com o cultivo de produtos hortícolas, que semeava e plantava nos seus “quintais”.-----

-----Desde o inicio da laboração da fábrica, que a população vê as árvores e demais produtos hortícolas impregnados de pó castanho e ressequidos.-----

-----Estes casos só confirmam que é fundamental garantir um desenvolvimento integral e sustentável do território e que garanta a melhoria das condições de vida das populações, fruto da evolução económica resultante da atividade agrícola, que a qualidade de vida e de saúde ambiental são pilares das comunidades, pelo que se deve exigir do Governo e restantes responsáveis, a criação de

um sistema de monitorização dos indicadores ambientais, demográficos e socioeconómicos e de mitigação dos impactos ambientais, para a saúde pública.-----

-----**O Vereador Paulo Conde**, passou a fazer parte dos trabalhos às 21h05m.-----

-----**O Presidente (Freguesia) José João Cavaco** informou sobre a realização recente de uma reunião sobre a Fábrica da Fortes.-----

-----**A Deputada Rosa Carvoeiras**, informou que após visita recente à Fábrica, e, lhes ter sido dito que os fumos seriam maioritariamente vapores de água, referiu continuar sem entender a situação pois aparentemente não corresponderia à verdade.-----

-----**A Vice Presidente Maria José Efigénio usou da palavra por incumbência do Presidente da Câmara**, prestou esclarecimentos sobre a Fábrica e os testes que lá teriam sido realizados e que de acordo com a CCDR, aquele conjunto de análises cumpre os valores e estão de acordo com a Legislação.-----

-----Continuou que essas análises foram feitas à saída das chaminés da Fábrica, mas posteriormente serão realizadas análises ao solo.-----

-----**A Deputada Lourdes Hespanhol**, agradeceu a explicação e deu o exemplo da Fábrica de bagaço de Vila Velha de Ródão que teve de ser encerrada.-----

-----**O Deputado João Fragoso**, referiu não entender a classificação dos resíduos da Fábrica como subproduto, pois tais não possuem valor comercial.-----

-----**A Vice Presidente Maria José Efigénio usou da palavra por incumbência do Presidente da Câmara**, explicou que esse subproduto era vendido para queima.-----

-----**O Presidente (Freguesia) José João Cavaco** pediu ajuda à Assembleia Municipal, para recuperar os limites geográficos da sua Freguesia.-----

-----**A Presidente da Mesa**, sugeriu a constituição de um Grupo de Trabalho para analisar a questão.-----

-----**O Deputado João Fragoso**, usou da palavra para (em nome do grupo do CDU) apresentar o seguinte moção referente à falta de médicos na Aldeia de Canhestros:-----

-----“Considerando que:-----

-----A saúde é um direito de todos os Cidadãos, consignado na Constituição da Republica Portuguesa, no seu artigo 64.º, no Concelho de Ferreira do Alentejo no local de Canhestros, extinta freguesia do Concelho, há já algum tempo, dois meses, o médico não administra consultas àqueles utentes porque o Posto Médico não tem condições básicas para que as mesmas se possam efetivar;-----

-----A população do local de Canhestros é particularmente idosa e com dificuldades de mobilidade, crescendo este facto a escassez de transportes com horários adequados para deslocações a consultas em Ferreira do Alentejo ou Beja.-----

-----Há mais de três décadas que Canhestros têm em funcionamento o Posto Médico, graças a um Protocolo entre o Centro de Saúde, a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo e a ARS do Alentejo;-----

-----O edifício onde funcionou todo este tempo o referido Posto Médico é propriedade da Casa do Povo de Ferreira do Alentejo, mas têm sido alvo de intervenções de melhoramento pela autarquia, fruto do bom entendimento entre as entidades acima referidas;-----

-----A degradação do edifício, foi-se verificando ao longo do tempo, porque o Ministério da Saúde e a ULSBA, não tiveram em conta as chamadas de atenção dos profissionais de saúde e demais funcionários que ali vinham prestando serviço. Este facto, está a prejudicar gravemente a população de Canhestros;-----

-----A Câmara Municipal ao tomar conhecimento da situação, desenvolveu esforços no sentido da resolução desta situação.-----

-----Face ao exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo:-----

-----Recomendam à Câmara Municipal que dê voz às populações e exija uma resposta imediata por parte do Ministério da Saúde e da ULSBA;-----

-----Que exijam da ULSBA e do Ministério da Saúde a resposta adequada e urgente aos utentes do Posto Médico de Canhestros, no cumprimento dos direitos consignados na Constituição da Republica Portuguesa.-----

-----**O Presidente (Freguesia) José João Cavaco**, informou que a União de Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros estaria a acompanhar e a estudar a situação em conjunto com a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo.-----

-----**O Deputado Rui Costa**, informou que os utentes de Canhestros poderiam ter consultas no Centro de Saúde de Ferreira do Alentejo.-----

-----**A Vereadora Ana Rute de Sousa, usou da palavra por incumbência do Presidente da Câmara**, sugeriu que se realizasse um pedido formal, à Câmara Municipal, para uma intervenção no edifício.-----

-----Explicou que não se tratava de uma intervenção simples.-----

-----**A Vice Presidente Maria José Efigénio usou da palavra por incumbência do Presidente da Câmara**, explicou que o edifício precisa de uma intervenção complicada e como tal, demorada.-----

-----**O Deputado José Bilau**, referiu não existirem dados suficientes para a moção ser votada em consciência.-----

-----**O Deputado João Fragoso**, assinalou a falta de mobilidade das pessoas para se deslocarem às consultas.-----

-----Referiu que a moção seria apenas uma chamada de atenção para o problema.-----

-----**O Deputado João Fragoso**, sugeriu a retirada da moção, com o intuito de ser criada com urgência uma comissão para a saúde.-----

-----**O Presidente (Freguesia) Carlos Raposo**, questionou a posição da Direção da Casa do Povo (proprietários do edifício).-----

-----**A Deputada Virgínia Godinho**, acrescentou que nem sempre as competências da Câmara Municipal são suficientes por si só, para a resolução dos problemas.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

B. – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”

B.1 – REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**A Presidente da Mesa** deu conhecimento que foi enviado antecipadamente a todos os Deputados o Regimento da Assembleia Municipal, com as devidas alterações, tendo em consideração que o atual documento carece de adaptação à última alteração à Lei nº169/99, de 18 de setembro, foi proposto pela Senhora Presidente da Mesa a criação de um grupo de trabalho para adaptação à nova legislação em vigor, Lei nº75/2013 de 12 de setembro, que apresenta a revisão do documento.-----

-----Havendo acordo unânime, o documento foi posto em discussão.-----

-----**O Deputado José Bilau**, procedeu à leitura do Relatório final, do grupo de trabalho, relativamente à alteração do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----Não havendo mais nenhuma intervenção, a Presidente da Mesa colocou o documento à votação.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal para adaptação à nova legislação em vigor, Lei nº75/2013 de 12 de setembro, para o próximo quadriénio, por unanimidade, com 15 votos a favor.**-----

B.2 – TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DOS CIDADÃOS

-----**A Presidente da Mesa** informou que de acordo com a alínea j) e a alínea d), do nº1, do artigo 5º, e artigo 12º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos, e, em consonância com a Lei nº33/98, de 18 de Julho, os oito cidadãos e os quatro Presidentes de Junta de Freguesia, Deputados pela Assembleia Municipal na reunião ordinária nº8, de 15 de dezembro de 2017, irão tomar posse.-----

-----Procedeu-se à leitura da ata de posse efetuada pela Primeira Secretária da Assembleia, dando-se início à identificação, juramento e assinatura dos novos membros do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Ferreira do Alentejo, Senhores, Carlos Manuel Bonito Raposo (Presidente da União de Freguesias de Alfundão e Peroguarda), Juvenália Isabel Guerreiro Salgado (Presidente da Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros), José João Cavaco (Presidente da União de Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros), Rodrigo José Rego Raposo (Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas), Sandra Beringel; Maria José Correia; Leonor Olho Azul; António Inverno; António Morais;

José João Guerreiro, e, Sérgio Parreira. A Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos Deputados e declarou-os investidos nas suas funções.-----

-----Na sequência da falta dada pelo Deputado Sérgio Fernandes, ao ato de posse do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Ferreira do Alentejo, a Senhora Presidente da Mesa proferiu o seguinte despacho:-----

-----"Verificou-se a falta do Deputado Sérgio Fernandes, pelo que tomará posse na próxima reunião deste órgão".-----

B.3 – INFORMAÇÃO SOBRE OS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA

-----**A Presidente da Mesa** informou que foi antecipadamente distribuído por todos, para conhecimento a informação relativa aos Compromissos Plurianuais Assumidos ao abrigo da Autorização Genérica efetuada com base na Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei nº127/2012, de 21 de junho, aprovada na reunião ordinária nº5 da Assembleia Municipal de 13 de dezembro de 2016, bem como os respetivos documentos.-----

-----Havendo acordo unânime, o documento foi posto em discussão.-----

-----**O Presidente da Câmara,** deu um breve esclarecimento sobre o assunto.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica efetuada com base na Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei nº127/2012, de 21 de junho,** remetida pela Câmara Municipal.-----

B.4 – DECLARAÇÕES AO ABRIGO DO ARTIGO 15º, DA LEI 22/2015 DE 17 DE MARÇO

-----**A Presidente da Mesa** informou que foi antecipadamente distribuído por todos, para apreciação uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 18 de abril de 2018, referente às declarações emitidas ao abrigo do artigo 15º, da Lei nº22/2015, de 17 de março (declarar da conformidade dos registos nas bases de dados centrais de compromissos plurianuais com os efetivos compromissos plurianuais das entidades, e, identificar de forma individual todos os pagamentos e recebimentos em atraso da entidade), bem como as respetivas declarações.-----

-----Havendo acordo unânime, o documento foi posto em discussão.-----

-----**O Presidente da Câmara,** fez uma breve introdução ao assunto.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento das declarações emitidas ao abrigo do artigo 15º, da Lei nº22/2015, de 17 de março,** remetida pela Câmara Municipal.-----

B.5 – OUTRAS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS

-----**A Presidente da Mesa** informou que foi antecipadamente distribuído por todos, para conhecimento a informação relativa a outras formas de apoio às freguesias, para cumprimento do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovada na reunião ordinária nº8 da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2017.(deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, a concessão dos diferentes tipos de apoio, nomeadamente, feitura e impressão de cartazes, apoio áudio, cedência de palco, barraquinhas ou outras estruturas e respetiva montagem, apoio de electricista bem como pequenas reparações em edifícios e espaços públicos), bem como os respetivos documentos.-----

-----Havendo acordo unânime, o documento foi posto em discussão.-----

-----**O Presidente da Câmara,** fez uma breve introdução ao assunto.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação relativa a outras formas de apoio às freguesias, para cumprimento do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro (deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações),** remetida pela Câmara Municipal.-----

B.6 – ISENÇÃO DE TAXAS

-----**A Presidente da Mesa** informou que foi antecipadamente distribuído por todos, para apreciação uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 18 de abril de 2018, referente ao Centro de Convívio de Olhas, que solicita isenção de pagamento de taxas, referentes ao VI Passeio de BTT de Olhas.-----

-----Havendo acordo unânime, o documento foi posto em discussão.-----

-----**O Presidente da Câmara,** fez uma breve introdução ao assunto.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou aprovar a isenção de pagamento de taxas, referentes ao VI Passeio de BTT de Olhas, por unanimidade,** com 15 votos a favor.-----

B.7 – MAPA DE PESSOAL

-----**A Presidente da Mesa** informou que foi antecipadamente distribuído por todos, para apreciação uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 18 de abril de 2018, na sequência da proposta de alterações às unidades orgânicas do Mapa de Pessoal.-----

-----Havendo acordo unânime, o documento foi posto em discussão.-----

-----**O Presidente da Câmara**, deu um breve esclarecimento sobre a questão, salientando a presente necessidade de mobilidade de funcionários.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou aprovar as alterações às unidades orgânicas do Mapa de Pessoal, por unanimidade**, com 15 votos a favor.-----

B.8 – REVISÃO ORÇAMENTAL

-----**A Presidente da Mesa** informou que foi antecipadamente distribuído por todos, para apreciação uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 18 de abril de 2018, referente à revisão orçamental – criar/registar a rubrica com a classificação 01.02.11 e cabimentar a despesa com pessoal, nas rubricas 03/01.09; 03701.14.02 e 03/01.0113.02.-----

-----Havendo acordo unânime, o documento foi posto em discussão.-----

-----**O Presidente da Câmara**, referiu o cuidado e tratamento da água do concelho, o que levou à criação de um grupo, de funcionários, que estão a trabalhar por turnos.-----

-----**O Presidente (Freguesia) Carlos Raposo**, sugeriu a criação de uma equipa para a resolução de fugas de água.-----

-----**A Deputada Lourdes Hespagnol**, questionou como seriam pagos os turnos anteriormente.-----

-----**A Vice Presidente Maria José Efigénio usou da palavra por incumbência do Presidente da Câmara**, e prestou os esclarecimentos necessários.-----

-----Referiu a falta de canalizadores e equipamento.-----

-----Explicou que a prioridade foi o tratamento da água.-----

-----**O Presidente da Câmara**, explicou a forma de pagamento de subsidio noturno.-----

-----**A Presidente (Freguesia) Juvenália Salgado**, pediu que a Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros fosse informada cada vez que se realizasse uma intervenção relativamente aos cortes de água.-----

-----**A Deputada Lourdes Hespagnol**, questionou a qualidade da água do depósito dos Gasparões e quando passará a fazer parte da rede de águas (Montes).-----

-----**A Vice Presidente Maria José Efigénio usou da palavra por incumbência do Presidente da Câmara**, informou que a situação dos Gasparões está a ser estudada por um geólogo.-----

-----Explicou que normalmente é feita uma informação sobre o corte de água nas Freguesias.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou aprovar a revisão orçamental, por unanimidade**, com 15 votos a favor.-----

B.9 – MOBITRAL – ÓRGÃOS SOCIAIS

-----**A Presidente da Mesa** informou que foi antecipadamente distribuído por todos, para apreciação uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 18 de abril de 2018, na sequência da proposta:-----

-----1. De nomeação de fiscal único e suplente da MOBITRAL: (Efetivo) M. Pereira Associados, SROC, Lda. - SROC 284, representada pelo sócio Américo Agostinho Martins Pereira. (Suplente) – Carolina Celeste Marques Pereira, ROC 1341;-----

-----2. Alteração dos Estatutos da MOBITRAL – Proposta de alteração aos artigos 4º. (Objeto Social) e 15º. (Designação do Fiscal Único).-----

-----Havendo acordo unânime, o documento foi posto em discussão.-----

-----**O Vereador José Guerra, usou da palavra por incumbência do Presidente da Câmara**, e deu um breve esclarecimento sobre o assunto.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou aprovar a nomeação de fiscal único e suplente da MOBITRAL, por unanimidade**, com 15 votos a favor.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou aprovar a Alteração dos Estatutos da MOBITRAL, por unanimidade**, com 15 votos a favor.-----

B.10 – REGULAMENTO DE APOIO SOCIAL

-----**A Presidente da Mesa** informou que foi antecipadamente distribuído por todos, para apreciação uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 18 de abril de 2018, na sequência de informação interna 2590 da DASEF, datada de 4 de abril de 2018, depois do período e discussão pública, do Regulamento Municipal de Apoio Social.-----

-----Havendo acordo unânime, o documento foi posto em discussão.-----

-----**O Vereador José Guerra, usou da palavra por incumbência do Presidente da Câmara,** e deu um breve esclarecimento sobre o documento.-----

-----**A Deputada Lourdes Hespagnol,** questionou sobre quantas pessoas teriam tido conhecimento da data em que o documento foi colocado em discussão pública.-----

-----Sugeriu a criação de uma comissão para conhecimento destes assuntos.-----

-----**A Presidente da Mesa,** concordou com a criação dessa comissão.-----

-----**O Vereador José Guerra, usou da palavra por incumbência do Presidente da Câmara,** e referiu o problema da comunicação e concordou com a divulgação de tais projetos após a deliberação nas reuniões de Câmara.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Regulamento Municipal de Apoio Social, por unanimidade,** com 15 votos a favor.-----

B.11 – RELATÓRIO E CONTAS – 2017

-----**A Presidente da Mesa** informou que foi antecipadamente distribuído por todos, para apreciação uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 18 de abril de 2018, na sequência da apreciação do Relatório e Contas – 2017, o qual contém as declarações ao abrigo do artigo 15º de Lei nº 22/2015, de 17 de março e a certificação legal de contas, em cumprimento do disposto no nº3 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.-----

-----Havendo acordo unânime, o documento foi posto em discussão.-----

-----**O Presidente da Câmara,** deu um breve esclarecimento sobre o documento.-----

-----**O Deputado João Fragoso,** informou que o Grupo da CDU se iria abster da votação.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Relatório e Contas - 2017, por maioria,** com 11 votos a favor e 4 abstenções (do Grupo CDU).-----

-----**A Presidente da Mesa,** agradeceu aos serviços, pela elaboração do documento.-----

B.12 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

-----**A Presidente da Mesa** informou que foi antecipadamente distribuído a todos os membros, nos termos da alínea c), do nº2, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do município, no período de 9 de fevereiro a 22 de abril de 2018.-----

-----Havendo acordo unânime, o documento foi posto em discussão.-----

-----**O Presidente da Câmara**, referiu a intervenção nas piscinas de água quente e água fria.

-----Continuou com o projeto do Festival Giacometti.-----

-----Informou sobre a intenção de reforçar a Feira de Setembro com a junção da Feira do Regadio.-----

-----Continuou com a criação de Concelho Municipal Consultivo, de carácter geral e social.-----

-----Informou sobre reunião do Concelho económico e do investimento, dirigido aos principais empresários, para os chamar à responsabilidade social e ambiental.-----

-----Referiu a intervenção no canil municipal.-----

-----Informou sobre a preocupação com o turismo.-----

-----Assinalou a OVIBEJA e referiu que o stand da Câmara Municipal foi elaborado pelos trabalhadores da Câmara em conjunto com empresas locais.-----

-----Acrescentou a realização dos jogos desportivos.-----

-----Assinalou a celebração do “25 de Abril”.-----

-----**A Presidente (Freguesia) Juvenália Salgado**, congratulou a criação do Festival Giacometti.-----

-----Continuou que a data coincidia com a realização da Festa do Rio Sado (Santa Margarida do Sado).-----

-----**A Deputada Lourdes Hespanhol**, referiu a existência de arbustos, com a possibilidade de refugio de animais selvagens perto das piscinas, que deveriam ser eliminados.-----

-----**A Deputada Rosa Carvoeiras**, questionou a realização dos grupos de trabalho.-----

-----**A Presidente da Mesa**, sugeriu que durante o mês de maio, de acordo com os porta-voz de cada bancada, se agende uma reunião para decidir.-----

-----**A Deputada Lourdes Hespanhol**, sugeriu que fosse até dia 15 de maio.-----

-----**O Presidente da Câmara**, explicou que a data do Festival foi escolhida tendo em consideração as datas de realização dos grandes eventos na região.-----

-----Acrescentou que a Câmara Municipal nunca deixaria “cair” a Festa do Rio Sado e informou ter tido contacto recente com a Federação de Pesca, que assinalou o Rio Sado como tendo boas condições para ser mais explorado no âmbito da a pesca desportiva, ao que a Câmara Municipal terá intenção de estudar o assunto.-----

-----Referiu que relativamente às florestas e incêndios, veio a ser feita nas ultimas semanas, uma ação intensa em conjunto com a Proteção Civil e com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.-----

-----**A Vice Presidente Maria José Efigénio, usou da palavra por incumbência do Presidente da Câmara,** explicou que relativamente à jardinagem, existem poucos funcionários, mas a questão iria receber a devida atenção.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

C. – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

-----**A Presidente da Mesa** de acordo com o nº6, do artigo 84º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, republicada na Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, deu a palavra ao público presente.-----

-----**O Cidadão José Manuel Capelo Pereira,** residente em Ferreira do Alentejo, manifestou agrado quanto ao comportamento da Assembleia Municipal, relativamente à discussão dos problemas e envolvimento da comunidade.-----

-----Concordou com as últimas limpezas efetuadas em relação à limpeza das bermas e buracos na estrada.-----

-----Referiu uma questão de vegetação extensa, em rotundas, especialmente na Escola Secundária e o perigo do aparecimento de parasitas.-----

-----**A Vice Presidente Maria José Efigénio, usou da palavra por incumbência do Presidente da Câmara,** e explicou que devido à falta de equipamento, se verificou alguma demora para eliminar a vegetação.-----

-----Não houve mais intervenções.-----

D. – APROVAÇÃO DA ATA

-----Para efeitos de execução das deliberações tomadas na reunião desta Assembleia Municipal, e, sem prejuízo da aprovação final dos textos das intervenções na ata definitiva, procedeu-se à votação da minuta da ata.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, aprovar a minuta da ata para efeitos de execução das deliberações, por unanimidade, com quinze votos a favor.**-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, a **Presidente da Mesa** quando eram 00:00 horas deu por encerrada a sessão.-----

ATA Nº3/2018

-----E eu _____, Assistente Técnica, para o efeito designada, redigi e subscrevi esta minuta que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Mesa,

Romana Maria Martins Pereira Romão